

**A PANDEMIA DA COVID-19 E A NECROPOLÍTICA À BRASILEIRA | THE
COVID-19 PANDEMIC AND THE BRAZILIAN NECROPOLITICS**

CINTHYA RAQUEL DE MOURA SOUSA

RESUMO | Em dezembro de 2019, na China, foi identificada a transmissão de um novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2 (COVID-19), e em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou situação de pandemia. Nesse contexto, enquanto as autoridades internacionais adotavam as recomendações da OMS, o chefe do Executivo brasileiro, indo na contramão, adotou um discurso negacionista, minimizando a crise sanitária e incentivando o fim do isolamento social. Desde então, tem-se desenvolvida uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, construída com base em livros, revistas, artigos científicos, matérias jornalísticas, entre outras produções para a construção do presente artigo. Pode-se concluir, então, que as ações do presidente do Brasil e dos seguidores dele diante da pandemia da COVID-19 escancaram a perversidade da necropolítica, que coloca a economia em uma posição de maior importância do que a vida da população brasileira, o que implica que a população é considerada como sendo formada por pessoas descartáveis.

PALAVRAS-CHAVE | Pandemia. COVID-19. Brasil. Presidente da República. Necropolítica.

ABSTRACT | In December 2019, China, it was identified the transmission of a new coronavirus, named SARS-CoV-2 (COVID-19). In March 2020, the World Health Organization (WHO) declared a pandemic situation. Furthermore, while international authorities adopted these recommendations, the Brazilian Chief Executive was going in the opposite direction, adopting a revisionist discourse, claiming for the end of social isolation and minimizing the health crises. From that point of view, we have a bibliographical qualitative research constructed from books, magazines, scientific articles, journalistic material, among other productions that helped in the construction of this article. Finally, we can conclude that the actions of the Brazilian president and his followers portrait the cruelty of necropolitics, putting the economy above the populations' life. We can also stand out that the majority of people dying of COVID-19 are considered disposable.

KEYWORDS | Pandemic. COVID-19. Brazil. President of the Republic. Necropolitics.

1. INTRODUÇÃO

*Quer dizer que é só uma gripezinha, “senhor presidente”?
O povo não estaria morrendo se você não fosse incompetente
[...]
(Gripezinha – Gabriela Bilangieri¹)*

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou “situação de pandemia”² por conta do surto do SARS-CoV-2, popularmente conhecido como COVID-19 ou coronavírus, que se propagou internacionalmente. Os primeiros casos da doença foram identificados em Wuhan, na China, em 2019, e rapidamente se espalharam por diversos outros países, o que levou a OMS a tomar diversas medidas e apresentar inúmeros protocolos visando à diminuição do impacto do vírus.

O novo coronavírus se trata de uma doença respiratória altamente contagiosa para a qual, até o momento, não há uma terapia específica eficaz, que seja fundada em evidência científica. A COVID-19 apresenta diversas manifestações clínicas, entretanto, as mais frequentes são: febre, fadiga e uma tosse não produtiva, que, a depender do caso, pode evoluir para insuficiência respiratória (Síndrome do Desconforto Respiratório Agudo - SDRA). Por conta disso, a fim de conter a disseminação da doença e controlar a propagação do vírus na sociedade, a OMS apresentou orientações para minimizar tantos os efeitos quanto os impactos do vírus. Os governos implementaram, portanto, ao longo dos meses, diversas medidas, sendo a principal delas o isolamento social.

Entretanto, seguindo o caminho divergente das autoridades internacionais, o chefe do Executivo brasileiro, o presidente Jair Bolsonaro, diante de uma situação de pandemia, adotou um discurso negacionista e passou a tratar o vírus como se fosse apenas uma “gripezinha” — termo utilizado pelo próprio presidente na tentativa de fazer a doença parecer menos

1 BILANGIERI, Gabriela. **Pensamentos transcritos em poemas: e frases. e textos.** [e-book], Amazon: 2020.

2 Entende-se por pandemia a disseminação do vírus que acomete todo o mundo simultaneamente, é um agravamento da doença que ultrapassa as fronteiras geográficas de forma rápida (SILVA, 2020, p. 70).

grave, o que levou o país a se tornar o segundo com maior número de mortes no mundo (até a data da finalização do manuscrito, o país continua nessa posição). Para além do discurso de minimização da doença, o presidente tem descumprido, inúmeras vezes, os protocolos sanitários, além de incentivar seus fiéis apoiadores a agirem da mesma maneira, o que mostra o descaso dele e, também, o desprezo em relação às vítimas da doença.

Nesses termos, a partir do discurso e comportamento negacionista do Presidente da República do Brasil, o presente artigo se apresenta como um estudo teórico que tem como tema central a necropolítica na atual conjuntura brasileira em tempos de pandemia da COVID-19. Postos os fatos, tem-se o seguinte problema de pesquisa: **Como as atitudes do Presidente da República do Brasil e de seus seguidores na pandemia da COVID-19 incorrem em uma política de morte?** Assim, para alcançar a resposta dessa questão-problema, tem-se como objetivo geral: Identificar como as atitudes do Presidente da República do Brasil e seus seguidores na pandemia da COVID-19 incorrem em uma política de morte. E como objetivos específicos: descrever o que é necropolítica; apresentar as atitudes do Presidente da República e seus seguidores na pandemia da COVID-19; e, por fim, compreender como as atitudes dele e dos seus seguidores na pandemia da COVID-19 representam uma necropolítica.

Quanto à metodologia utilizada, no que tange a abordagem, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, um tipo de pesquisa que tenta “descrever”, “compreender” e “explicar” o porquê dos fatos a partir da investigação de determinado grupo social (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), isto é, a pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2007), busca compreender o sujeito pesquisado a partir de seus traços subjetivos e de suas particularidades. Assim, para que tal pesquisa seja desenvolvida, utiliza-se como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica, que, segundo Gerhardt & Silveira (2009), é feita a partir do levantamento de referências teóricas já produzidas e publicadas, por meio escrito e eletrônico, como, por exemplo: livros, revistas, artigos científicos, dissertações, tese, entre outras produções que possam ajudar na construção do presente estudo.

No que diz respeito à motivação, o interesse no presente estudo surgiu a partir das falas e atitudes (e na ausência delas) do Presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro, relacionadas à pandemia da COVID-19, visto que desde o começo, quando a OMS decretou situação de pandemia, ele tem tratado a crise de saúde como se fosse apenas uma “gripezinha”, o que revela um total despreparo para a ocupação do cargo, mas, também, a implantação de uma política de banalização da morte – retrato de uma necropolítica, que é percebida nas falas do presidente, sendo uma delas: “Alguns vão morrer? Vão, ué. Lamento. Essa é a vida”, dita no dia 27 de março de 2020.

Com base nisso, o presente artigo visa contribuir, do ponto de vista acadêmico, para uma melhor compreensão da necropolítica, isto é, contribuir para o entendimento de que a política de morte pode ser percebida além do “matar com bala”. Nesse viés, o estudo tece considerações feitas a partir das atitudes e falas do Presidente da República do Brasil e seus apoiadores em um contexto de pandemia da COVID-19, o que reflete uma política de extermínio das camadas desfavorecidas da sociedade (negros, periféricos, indígenas, população em situação de rua, população encarcerada, entre outros vulneráveis).

Dessa maneira, a relevância da pesquisa se encontra na busca por mostrar como o Estado, representado pela figura do presidente, relativiza a importância de determinadas vidas a partir de um negacionismo da gravidade do coronavírus, o que escancara uma necropolítica bem brasileira, que foi construída desde a escravidão, quando o *corpo negro*, por causa do racismo, era desumanizado para ser objetificado. Atualmente, no contexto de crise sanitária, faz-se necessária a compreensão de como determinadas ações e/ou omissões fazem parte de uma “política de morte” de um grupo historicamente “deixado para morrer”.

2. BIOPODER E BIOPOLÍTICA

O conceito de biopoder, elaborado por Michel Foucault, entre os anos de 1974 e 1979, tem duas definições: 1) anátomo-política do corpo e, 2)

biopolítica da população. Enquanto anátomo-política, ele se refere aos dispositivos disciplinares encarregados de extrair do corpo humano, mediante ao controle do tempo e do espaço, sua força produtiva no interior das instituições. Agora, como biopolítica da população, ele se refere à regulação das massas por meio de saberes técnicos e científicos que permitem, por exemplo, gerir taxas de natalidade, epidemias, ou seja, leis e medidas políticas, a fim de controlar a massa (FURTADO; CAMILO, 2016).

El biopoder se manifiesta en los estados modernos con el objetivo de la doma de los cuerpos y el control de las poblaciones, y más que eso, impregna la necesidad de mantener la seguridad. [...] El biopoder permite el control de poblaciones y naciones enteras. En una era en la que el poder debe estar racionalmente justificado, el biopoder se utiliza por su énfasis en proteger la vida, regular el cuerpo y proteger otras tecnologías. Los biopoderes se ocuparán de la gestión de la salud, la higiene, la alimentación, la sexualidad, el nacimiento, las costumbres, etc., en la medida que hayan convertido en preocupaciones políticas. (COSTA, 2020, p. 13, grifo nosso)

Corroborando com a transcrição acima, Rabinow & Rose (2006) explicam que Foucault (1974-1979) caracterizou a biopolítica como um meio de regular/disciplinar a sociedade através de instituições disciplinares, como, por exemplo: fábricas, asilos, hospitais, escolas, universidades, entre outros locais usados como meio de moldar a conduta do homem. Em outros termos, essas instituições têm o objetivo de gerir o corpo até obter a disciplina dele, conseqüentemente, o controle do corpo pelo Estado.

O conceito de biopolítica é tido, então, como as tecnologias de gestão dos corpos e da vida das populações, que se configuram através de uma integração de técnicas disciplinares, saberes médicos e práticas políticas, que se dispõem de forma sutil. Tais técnicas atuam como mecanismos de assistência social, segurança e saúde de uma população, visando um controle do Estado para com a mesma. (FOUCAULT, 2008 *apud* GRISOSKI; PEREIRA, 2020, p. 201)

Nesse viés, a compreensão dos conceitos de biopolítica e biopoder se torna importante para diagnosticar como as políticas contemporâneas se apresentam para gerir a vida ou permitir a morte. Percebe-se que Foucault,

segundo o que postula Mbembe (2016), formula a noção de biopoder por meio de um campo biológico de poderes em que se subjuga a vida ao poder da morte, isto é, o ser humano passa a pertencer a grupos e subgrupos, em que uns devem viver e outros devem morrer. Por fim, o autor ainda traz a afirmação de que Foucault define como racismo essa divisão em grupos e subgrupos. Indo além, o racismo passa a atuar como sendo uma espécie de tecnologia que possibilita o exercício do biopoder.

Nesse passo, o Estado executa funções que viabilizam a morte dessas vidas secundárias, consideradas descartáveis. Na atual conjuntura de crise sanitária pela qual passamos, isso pode ser observado no discurso do presidente da República, que vem tratando a situação de pandemia como se fosse apenas uma “gripezinha”, negando sua existência e estimulando aglomerações. Para Löwy (2020), essa definição do coronavírus como “gripezinha” tem uma lógica neofascista e por isso merece entrar nos anais da loucura política. Indo além, faz-se necessário ressaltar que “a falta de diálogo e a obstrução do trabalho têm se tornado preocupantes durante o momento de pandemia, mas têm sido a tônica na atual gestão” (DA COSTA, 2020, p. 7).

Assim, voltando ao ponto central desta pesquisa, os Estados, sob a escusa de proteção de seus cidadãos frente à pandemia da COVID-19, utilizam-se de seus respectivos poderes para restringir direitos e direcionar o modo de agir dos cidadãos, entretanto, essa equação, que no primeiro momento parece simples, não é uniforme e nem abarca todos os cidadãos; pelo contrário: no Brasil, a desigualdade estrutural acaba por ampliar os efeitos do vírus de tal modo que a biopolítica “do viver” não contempla os mais vulneráveis, estes deixados “para morrer” (SILVA; SILVA, 2020). Em suma, o biopoder legitima o Estado a exercer seu poder de morte sob o manto da “proteção à população”.

3. A ESCRAVIDÃO E A BIOPOLÍTICA

A escravidão, período marcado pelo controle sobre os *corpos negros*, “pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação

biopolítica” (MBEMBE, 2016, p. 130). O autor afirma que o escravo tinha três perdas: o lar, os direitos sobre seu corpo, e, perda de *status* políticos; essas três perdas, juntas, representam a dominação absoluta do sujeito.

A escravidão expressa de forma mais nítida o ato de soberania, nesse período a pessoa negra tinha sua dignidade e sua liberdade roubada por um senhor branco, a questão racial era uma questão forte que determinava qual o destino do cidadão, se era branco, estava no grupo dos agraciados e destinado ao poder e soberania, se era negro estava destinado a miséria e ao lamento eterno. (SILVA, 2020, p. 74-75)

O escravo perdia sua humanidade, tornando-se apenas propriedade do seu detentor. Dessa maneira, segundo a teoria foucaultiana, o racismo foi a tecnologia usada para a dominação do corpo negro, uma vez que possibilita o exercício do biopoder ao permitir que o Estado tenha o direito sobre a vida e sobre a morte do indivíduo a partir da subdivisão dos seres humanos em grupos e subgrupos. Como consequência, a morte de quem pertence aos subgrupos acaba sendo aceita sem muitos questionamentos, porque esses sujeitos são desumanizados, de acordo com Mbembe (2016).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Seixas (2020, p. 3) apregoa que o racismo se caracteriza como sendo uma “tecnologia de poder que estabelece formas de eliminação dos indesejáveis, dos inúteis, dos descartáveis, objetivando promover a saúde e o bom funcionamento do corpo social”. Corroborando com esse entendimento, Sousa (2020, p. 307, grifo da autora) explica que “a escravidão construiu para o corpo negro a representação de que eram seres biologicamente diferentes, mais próximos a animais e coisas, isto é, os negros eram vistos como objetos de posse dos brancos, estes considerados *indivíduos humanos*”.

Em resumo, a construção do *corpo negro* como sendo biologicamente diferente tinha o objetivo de torná-lo descartável e eliminá-lo por meio de um massacre (prática do direito de morte), sob a escusa de uma sociedade mais pura, isto é, em nome da vitalidade da sociedade, o que configura um “exercício de matar em nome da vida” (SEIXAS, 2020, p. 3).

Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho é necessário e usado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em “estado de injúria”, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos. O sentido violento da vida de um escravo se manifesta pela disposição de seu supervisor em se comportar de forma cruel e descontrolada, e no espetáculo de dor imposto ao corpo do escravo. (MBEMBE, 2016, p. 131)

Com o fim da escravidão, a elite dominante passou a usar um discurso de “raça superior”, na busca pela manutenção das desigualdades e continuação da subjugação do *corpo negro*. Nas palavras de Silva (2020), alguns cientistas burgueses capitalistas publicaram pesquisas sobre a superioridade da raça branca, que, para eles, detinha a inteligência e a civilidade. Segundo essa teoria racial, conforme contempla Sousa (2020), o homem europeu, branco, carregava em seu material genético traços de superioridade, enquanto a raça negra, em seus traços genéticos, representava a inferioridade, a barbárie e, por isso, deveria ocupar sempre posições subalternas.

Os racismos permitem ao poder subdividir uma população em sub-espécies, para designá-las em termos de um substrato biológico, e para iniciar e sustentar um conjunto de relações dinâmicas nas quais a exclusão, o encarceramento ou a morte daqueles que são inferiores pode ser vista como algo que tornará a vida em geral mais saudável e mais pura. (RABINOW; ROSE, 2006, p. 34)

Em consequência, a escravidão dos povos negros deixou significativas marcas na sociedade brasileira, principalmente na objetificação do *corpo negro*, visto como uma “coisa”, cuja morte não provocava luto por ser apenas mais um número, que, sendo um “objeto”, logo seria substituído por outro.

Dessa forma, faz-se necessário que se tenha em mente que o Brasil teve como pilar o sangue negro, pois a sociedade foi estruturada utilizando o racismo como mecanismo de dominação e subjugação, primeiro, pautado em uma ideia religiosa, na qual negros não possuíam alma e, por isso, não poderiam ser considerados sujeitos de direito, depois, com o fim da escravidão, com a disseminação de um racismo científico (SOUSA, 2020). Como

consequência, “as medidas estatais, ao longo dos anos, promovem uma política de vida e de morte a depender da hierarquia que o corpo ocupa na sociedade brasileira” (SANTOS *et al.*, 2020), e o *corpo negro* ocupa uma posição marginalizada.

Percebe-se, a partir desse pequeno recorte histórico, que é possível visualizar a presença da necropolítica na sociedade brasileira, tendo em vista que o racismo se apresenta como o mecanismo que o Estado brasileiro usa para legitimar suas intervenções biopolíticas, que podem ser definidas como exercício do “poder de matar” através da gestão sobre a vida. Mas o que seria “necropolítica”?

4. NECROPOLÍTICA

O conceito de necropolítica foi cunhado pelo filósofo e teórico político camaronês Achille Mbembe, em um ensaio de mesmo título no qual buscou discutir como o Estado constrói uma política de exclusão a partir da divisão dos seres humanos em segmentos sociais. Para o filósofo, compreender a concepção de necropolítica corrobora o entendimento do porquê o Estado age de maneira diferenciada a depender do grupo social (SANTOS *et al.*, 2020).

É importante compreender, antes de adentrar especificamente no conceito talhado pelo filósofo camaronês, que o conceito de necropolítica complementa o conceito de biopolítica, esculpido por Michael Foucault, ao observar uma realidade para além do contexto europeu, ou seja, as duas concepções se relacionam, pois “tanto o biopoder quanto a necropolítica dão destaque às formas de controle social” (GRISOSKI; PEREIRA, 2020).

Dando prosseguimento, conforme explanam Grisoski & Pereira (2020), enquanto a biopolítica se trata da tecnologia que gere vidas a partir da modulação da conduta do sujeito, a necropolítica traz a concepção de morte (concreta ou simbólica) em larga escala, com base em uma lógica capitalista na qual o sujeito, historicamente marginalizado, é visto como irrelevante socialmente, como apenas mais uma engrenagem do sistema capitalista e, por isso, facilmente substituído.

Postos os fatos, Mbembe (2016) inicia seu ensaio apresentando a ideia de soberania explanada por Foucault, que reside tanto no poder quanto na capacidade que o soberano tem de matar ou deixar viver porque “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2016, p. 135). Em suma, o Estado tem a legitimidade, bem como a autoridade, para exercer essa definição a partir do valor que determina que cada indivíduo tenha.

Dessa maneira, nas palavras de Seixas (2020), ao atribuir à soberania o poder de decisão sobre a morte, o filósofo traz, também, a ideia central do funcionamento da necropolítica, que é a política de subjugação da vida ao poder da morte:

A necropolítica exerce tanto as políticas de administração da vida como também políticas de administração da morte, tratando-se de ações que definem, ao mesmo tempo, o tipo de vida que são administrativamente rentáveis e por consequência, que devem ser preservadas e o tipo de vida que pode e deve ser sacrificável, deixando que seja exposta a morte. (SEIXAS, 2020, p. 10)

Em outros termos, o “deixar morrer” surge porque determinado corpo não tem valor, isto é, o corpo passa a ser caracterizado como coisa/objeto e, conseqüentemente, sem valoração ou significância, para, por fim, ser conduzido à morte. Percebe-se, aqui, que Achille Mbembe, em seu ensaio sobre necropolítica, apresenta as “novas” formas de subjugação da vida, por meio do poder sobre a morte, que ele denomina como necropolítica. Para o autor, o necropoder passa a ser o meio que os Estados utilizam para a destruição em massa de quem tem o *status* de sub-humano.

5. A COVID-19 E NECROPOLÍTICA À BRASILEIRA

No Brasil, o primeiro caso de coronavírus foi registrado em 26 de fevereiro de 2020, um homem de 60 anos, residente em São Paulo, que fez uma viagem para a Itália entre os dias nove e 21 de fevereiro do mesmo ano. Todavia, é importante registrar que a primeira vítima do novo corona vírus

notificada foi uma empregada doméstica, no Rio de Janeiro, que contraiu o vírus da sua patroa, também recém chegada da Itália. A empregada transmitiu para sua mãe e o vírus acabou se disseminando para os locais mais periféricos, revelando a vulnerabilidade da população mais pobre à COVID-19 (NAVARRO *et al.*, 2020).

Desde o registro do primeiro caso, de acordo com Silva (2020), com o intuito de controlar a contaminação e, conseqüentemente, a taxa de mortalidade causada pelo vírus no país, decretos estaduais e municipais foram publicados em consonância com as orientações da OMS, mas, com o avançar da doença, o país precisou adotar o isolamento domiciliar e social, o que fez com que alguns serviços parassem total ou parcialmente, a depender do que postulava os decretos estaduais e municipais, que se basearam em suas especificidades.

Entretanto, indo na contra mão da maioria dos governantes interacionais e dos governos estaduais e municipais brasileiros, o chefe do poder executivo federal, o presidente Jair Messias Bolsonaro, começou a produzir um discurso que vai de encontro às “determinações de prevenção da proliferação do vírus feitas por autoridades e órgãos competentes” (SILVA, 2020, p. 71).

O negacionismo professado por Bolsonaro durante semanas fez com que o governo brasileiro tenha sido o último a anunciar medidas econômicas de apoio às famílias, após até das anunciadas por Donald Trump, nos Estados Unidos. Todos os países estão concretizando-as e ainda estamos em um ritmo muito lento para dar uma assistência real à população mais vulnerável aos efeitos da crise, mesmo que o Congresso Nacional tenha aprovado com celeridade a Lei da Renda Básica. (DINO, 2020, p. 66)

No dia 28 de abril de 2020, quando o país somava mais de cinco mil mortos vítimas da COVID-19, superando, na época, o total de mortos da China, epicentro da pandemia, o presidente, durante uma entrevista, após uma jornalista dizer “A gente ultrapassou o número de mortos da China por COVID-19”, afirmou em uma infeliz frase que mostra seu modo irracional de tratar a

pandemia: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”.

Percebe-se que, conforme traz Dino (2020, p. 67-68), o presidente “se alimenta de falas polêmicas”, tendo em vista que “precisa de confusão, violência, ódios, polarizações, porque não sabe gerir a máquina pública”. Ou seja, “sem a confusão, evidencia-se a sua brutal carência administrativa”.

Nesse passo, a resposta dada à jornalista reflete uma faceta cruel do seu posicionamento político acerca da crise sanitária, que se pauta “em uma mistura de manipulação das emoções, cinismo religioso, mentira, agressividade e um ressentimento sem direção, sempre com a intenção de manipular a política” (ALVES, 2020, *on-line*).

A parte inacreditável, para não dizer tenebrosa, dessa fala é que ela não foi a primeira e, seguramente, não será a última frase do mesmo cunho proferida pelo presidente, pois Bolsonaro parece não ter a consciência do cargo que ocupa e da liturgia que deve seguir. Nas palavras de Prioli (2020), a cadeira da presidência está ocupada por uma criança mimada que não percebeu que o mundo é maior que suas vontades.

Sendo assim, é possível visualizar que o presidente personifica a face mais sombria da sociedade brasileira (a parcela significativa de pessoas carregadas de preconceito). Ademais, cada vez que o presidente minimiza ou debocha da pandemia por meio das suas redes sociais ou em rede nacional, seu discurso configura um ato de necropoder (SILVA, 2020).

Dito de outra maneira, o presidente explana abertamente e sem medo um discurso de morte, mas não a morte de *qualquer pessoa*, pelo contrário: aqui, a morte é de um grupo historicamente estigmatizado pela sociedade e pelo próprio Estado (SILVA, 2020), o que reflete uma necropolítica ao “deixar morrer” os que já estão destinados a morrer (NAVARRO *et al.*, 2020).

O fascismo brasileiro e seu nome próprio, Bolsonaro, encontraram enfim uma catástrofe para chamar de sua. Ela veio sob a forma de uma pandemia que exigiria da vontade soberana e sua paranoia social compulsivamente repetida que ela fosse submetida à ação coletiva e à solidariedade genérica tendo em vista a emergência de um corpo social que não deixasse ninguém na estrada

em direção ao Hades. Diante da submissão a uma exigência de autopreservação que retira da paranoia seu teatro, seus inimigos, suas perseguições e seus delírios de grandeza a escolha foi, no entanto, pelo **flerte contínuo com a morte generalizada**. Se ainda precisássemos de uma prova de que estamos a lidar com uma lógica fascista de governo, esta seria a prova definitiva. Não se trata de um Estado autoritário clássico que usa da violência para destruir inimigos. **Trata-se de um Estado suicidário de tipo fascista que só encontra sua força quando testa sua vontade diante do fim**. (SAFATLE, 2020, p. 228, grifo nosso)

Outro ponto que merece destaque é que enquanto este manuscrito estava sendo redigido, no dia 7 de setembro de 2020, o atual Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, afirmou que até antes da pandemia da COVID-19, não conhecia sobre funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Antes de adentrar na fala do Ministro, é mister compreender como a troca de ocupantes do cargo de ministro da saúde é, também, um “ato de matar”.

É preciso entender que **o ato de matar** nem sempre se apresenta de forma nítida, ele tem todo um conjunto de técnicas que silencia sua atuação, sua configuração produzida pelo soberano pode surgir de forma disfarçada ou escancarada através do exercício do poder. (MBEMBE, 2016 *apud* SILVA, 2020, p. 79, grifo nosso)

Desde o começo da pandemia, o país não desenvolveu uma estratégia coordenada e centralizada por parte do governo federal, pelo contrário, o Ministério da Saúde passou por duas trocas de ministro, o que reflete a falta de estabilidade da pasta e a falta de compromisso da presidência com a crise sanitária.

O primeiro ministro a “cair” foi Luiz Henrique Mandetta, que deixou a função em 16 de abril de 2020. Sua queda se deu porque ele era a favor do isolamento social, não convergindo com o posicionamento do presidente da República, que defendeu vorazmente o fim do isolamento social, como se o vírus fosse apenas uma “gripezinha”. Depois, a segunda queda no ministério foi de seu sucessor, Nelson Teich, que pediu demissão em 15 de maio de 2020, após 29 dias no cargo. O pedido de demissão foi feito porque o presidente do Brasil queria estabelecer mudanças urgentes no protocolo do uso da cloroquina

(CQ) no tratamento da COVID-19, o que o então ministro era contra, uma vez que tanto a cloroquina (CQ) quanto a hidroxicloroquina (HCQ) não possuem eficácia científica comprovada para o tratamento do novo coronavírus e, a depender do caso, o remédio apresenta efeitos colaterais danosos.

Enquanto o *British Medical Journal* trouxe em um dos seus editoriais um alerta acerca do uso prematuro das substâncias no tratamento da COVID-19, como, por exemplo, a CQ e HCQ, porque a comunidade científica internacional apresentou ressalvas pelo fato dessas substâncias ainda não apresentarem comprovações científicas, o presidente do Brasil, sem qualquer prudência, tornou-se o “garoto propaganda” da cloroquina (CQ) como se essa substância fosse algo messiânico e passou a prescreve-la à nação (SILVA; GONÇALVES, 2020).

O presidente deveria ser o líder da operação, mas se notabilizou por ser ele próprio um empecilho à mitigação do problema. Primeiro, combateu o isolamento social, a única forma efetiva de achatar a curva de novos casos de infectados, o que levou à queda de Luiz Henrique Mandetta. Depois, fez questão de impor o uso da cloroquina, medicamento que vende como uma solução mágica para o tratamento da Covid-19, coisa que a ciência está longe de ratificar. Isso precipitou a saída do substituto de Mandetta, Nelson Teich, que durou apenas 29 dias no cargo. Com as sucessivas trombadas e trocas no comando, os problemas na pasta se acumulam de maneira preocupante. (ZYLBERKAN; CAMPOS, 2020, *on-line*)

Após a demissão de Teich, quem assumiu a pasta foi o general do exército Eduardo Pazuello, que só foi oficializado como ministro interino depois de quase 20 (vinte) dias no cargo, e só depois de três meses e meio, Pazuello foi empossado como Ministro da Saúde. Cabe dizer aqui que a posse de Pazuello, bem como a duração do tempo ocupando o cargo, só aconteceu porque ele, como um “bom soldado”, defende abertamente o uso da cloroquina (CQ) para o tratamento de pacientes com COVID-19, tal como o presidente. Inclusive, assim que assumiu a pasta, ele passou a fazer liberações a fim de agilizar o uso desse medicamento a partir do refazimento do seu protocolo de utilização.

Enquanto cientistas defendem a quarentena e o isolamento social como meio para achatar a curva e diminuir os números de mortes e os melhores médicos do mundo enfrentam dificuldades para lidar com os casos da COVID-19, por falta de um tratamento eficaz que seja cientificamente comprovado, bem como por conta da rápida disseminação do vírus, “o Ministério da Saúde brasileiro virou um exército de diletantes sobre o assunto em plena escalada fulminante da doença”. Percebe-se, pelo exposto, que essa falta de organização é a estratégia usada pelo presidente para enfrentar a pandemia, “uma espécie de política de ‘cada um por si e o presidente contra todos’ e, como consequência, se tem o agravamento do problema (ZYLBERKAN; CAMPOS, 2020, *on-line*).

O presidente da república conseguiu paralisar o Ministério da Saúde que não está exercendo o papel que lhe cabe, como gestor federal do SUS, de coordenação do esforço para controlar a epidemia. Ao revés, dificulta repasses orçamentários para a rede de estados e municípios, não auxilia a aquisição de testes e equipamentos, por vezes, atrapalha, além de enfraquecer as diretrizes para o isolamento social. (CAMPOS, 2020, p. 4)

Paralelamente a isso, o Ministério Público, em agosto de 2020, passou a deixar de apresentar alguns dados, mudando a dinâmica da divulgação, pois a pasta parou de publicar os dados de mortes diárias em decorrência do vírus, o que se apresenta, segundo Safatle (2020), como uma política de desaparecer com corpos ao retirar os números de circulação, reflexo de uma necropolítica gestora da morte e desaparecimento.

Chegando agora, de fato, à fala do Ministro da Saúde, o general do Exército Brasileiro, durante a campanha de conscientização sobre o câncer de mama (Outubro Rosa), disse: “Eu nem sabia o que era o Sistema Único de Saúde (SUS). Toda a minha vida fui tratado na instituição pública do Exército. Conheci o SUS nesses momentos da minha vida e entendi a magnitude dessa ferramenta que o Brasil nos deu”.

Tal declaração é grave e mostra a irresponsabilidade do governo Bolsonaro, que, por puro capricho, colocou no comando de uma pauta alguém que não conhece o que administra, o que deixa em evidência que a nomeação

do general está intimamente ligada à obediência as ordens do presidente e não à preocupação com a saúde pública, uma escolha puramente política.

O desconhecimento vindo de um ministro brasileiro é preocupante, pois direta ou indiretamente todo brasileiro é impactado pelo SUS, seja por meio do uso do Sistema ou por meio da vigilância sanitária ou epidemiológica ou, também, no controle de alimentos, entre outros (RODRIGUES, 2020).

O SUS não é apenas assistência médico-hospitalar. Também desenvolve, nas cidades, no interior, nas fronteiras, portos e aeroportos, outras ações importantes como a prevenção, a vacinação e o controle das doenças. Faz vigilância permanente nas condições sanitárias, no saneamento, nos ambientes, na segurança do trabalho, na higiene dos estabelecimentos e serviços. Regula o registro de medicamentos, insumos e equipamentos, controla a qualidade dos alimentos e sua manipulação. Normaliza serviços e define padrões para garantir maior proteção à saúde. (BRASIL, 2011)

Em resumo, esse desconhecimento, em tempos de pandemia, mostra a falta de direcionamento da pauta e tem como reflexo um número significativo de mortes, o que deixa em evidência dois fatos: 1) a capacidade (ou total ausência dela) do Governo Federal de lidar com a atual crise sanitária; 2) o Estado, aqui, o brasileiro, cria condições para que certas vidas sejam exterminadas, isto é, dita quem deve morrer e quem deve sobreviver; ou seja, os historicamente vulneráveis ficam expostos à morte.

Dando continuidade aos acontecimentos, em 11 de novembro de 2020, data de finalização deste manuscrito, o Brasil soma 163.368 (cento e sessenta e três mil, trezentos e sessenta e oito) mortos e mais de 5,7 milhões de contágios, ficando atrás dos Estados Unidos da América (EUA). Da Costa *et al.* (2020) explana que o Brasil, dentre os países com os maiores números de casos confirmados, ocupa o segundo lugar, o que é um dado alarmante, tendo em vista que há uma subnotificação no número de casos e de mortes pela COVID-19 no país por conta da realização de poucas testagens diagnósticas, bem como das dificuldades em cumprir as medidas de isolamento social.

Em mesma linha, Navarro *et al.* (2020) complementa o entendimento acima exposto ao dizer que a realidade brasileira é bem pior do que se

imagina, porque, segundo especialistas, os dados oficiais apresentados pelo governo representariam apenas 60% do total de óbitos, o que revela um projeto de genocídio da população brasileira ao “maquiar” dados oficiais.

Diante desses números, as pesquisas mostram ainda outro dado mais alarmante: do começo da pandemia até o momento em que este artigo foi escrito, morreram mais negros e pobres, evidenciando que o novo coronavírus não é uma doença em que todos estão igualmente expostos ao vírus, como se pensava inicialmente:

No Brasil, o suposto caráter democrático do vírus é questionado quando se observam os dados de que a população negra e periférica tem maiores índices de letalidade do que o restante da população. No Rio de Janeiro, no início de maio, os dados revelam que o índice de letalidade no complexo de favelas da Maré é de 30,8%, enquanto no bairro do Leblon chega a 2,4%. (SCHMIDT, 2020 *apud* DA COSTA *et al.*, 2020, p. 2)

Tal expectativa de um “vírus democrático”, segundo Da Costa *et al.* (2020, p. 2), “nos levaria à construção de um mundo mais solidário, em que as diferenças seriam superadas em prol da união para encontrar uma solução para o fim da pandemia”, entretanto, na realidade, o vírus não atingiu a todos de maneira igual. Ao contrário, o coronavírus escancarou uma ordem já existente: a população mais vulnerável à COVID-19 pode ser identificada por sua cor e, também, por seu endereço, e isso acontece porque as “condições estruturais precárias de acesso aos serviços públicos, moradia etc., remetem, na maioria das vezes, a uma classe, uma cor e um gênero específico” (SILVA; SILVA, p. 373).

Em outros termos, a COVID-19 acabou se apresentando como um vírus de classe e de raça, uma vez que a classe trabalhadora, principalmente os trabalhadores informais, que não tiveram a opção de permanecer em casa em isolamento. Ademais, estudos mostram que negros têm maior risco de contrair COVID-19, porque um número significativo deles trabalha em serviços considerados essenciais (zeladores, seguranças, motoristas de ônibus etc.), que não puderam paralisar suas atividades e se isolar, além disso, tem-se o

acesso desigual ao sistema de saúde, o que impacta de maneira negativa os pertencentes aos grupos vulneráveis (MARTINS, 2020).

Percebe-se que, neste contexto de pandemia, há toda uma complexidade para seguir as recomendações do Ministério da Saúde (MS) e da OMS, pois a situação socioeconômica de algumas famílias brasileiras não permitem o isolamento social, tendo em vista que alguns sujeitos necessitam sair e circular para conseguir alguma remuneração, já que ficar em casa e se isolar é o mesmo que assinar a sentença de morte por fome (BARDI, 2020).

Nas palavras de Navarro (*et al.*, 2020, p. 13), “o vírus encontra na desigualdade social as condições ideais para abater populações historicamente menos favorecidas que, por conseguinte, irão compor substancialmente as estatísticas”. Ou seja, “a sentença de morte estava escrita antes da COVID chegar em avião de turismo” (GALINDO, 2020, p. 124 *apud* DA COSTA *et al.*, 2020, p. 2).

Navarro *et al.* (2020), na sua exposição, afirma que a COVID-19 é um vírus que incide de maneira diferente nos sujeitos, evidenciando uma desigualdade já existente que se apresenta, no contexto da pandemia, com a banalização da morte, reduzida a números, mas não *qualquer* morte. Como traz o autor, aqui, as grandes vítimas da pandemia, *os novos sujeitos infames*, são: “pobres, negros, indígenas, população em situação de rua, internos do sistema prisional, dentre outros” (NAVARRO *et al.*, 2020, p. 5).

Como *sujeitos infames*, o autor denomina as vidas “de existência-relâmpago”, que desaparecem sem deixar rastros porque, pela lógica do poder e determinação do capitalismo, não possuem glória, valor ou notoriedade, por isso, são irrelevantes. Isto é, os *sujeitos infames* são o grupo de pessoas que perdem seu valor como ser humano, tornam-se descartáveis por sua irrelevância no corpo da sociedade.

O Brasil construiu ao longo da sua história um abismo social amparado na herança da escravidão racial, que tem relegado milhões de pessoas a viverem, atualmente, em extrema situação de pobreza. A necessidade de enfrentamento à COVID-19 expôs ainda mais a realidade do país, na medida em que grande parcela da sua população, que vive em situação de rua e em

territórios bastante empobrecidos, tem encontrado dificuldade em realizar as orientações mínimas para prevenção à proliferação do coronavírus, como o isolamento social e higienização adequada. (CALMON, 2020, p. 131)

Assim, com base no exposto, as populações mais vulneráveis, em tempos de crise sanitária, ficam ainda mais expostas. Essa problemática pode ser observada na população residente em periferias, que, por representarem boa parte dos trabalhadores informais e de serviços essenciais, não puderam paralisar suas atividades econômicas, além do difícil acesso à água e saneamento básico de qualidade; na população em situação de rua, que não tem acesso à água e a nenhuma oportunidade de seguir as recomendações de órgãos oficiais para prevenção ao vírus; no sistema carcerário brasileiro, com unidades prisionais superlotadas e sem a devida estrutura física, o que corrobora para a proliferação de bactérias, fungos e vírus; na população residente nos abrigos e instituições do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que concentra a população idosa, grupo de risco a COVID-19, em ambientes superlotados e com espaços coletivos; nos povos e comunidades indígenas, grupos que, historicamente, não recebem a devida assistência necessária, que possuem modo de vida coletivo e não tem acesso à saúde especializada (BARDI *et al.*, 2020).

Diante desses desafios, o Estado brasileiro não tem garantido suporte aos vulneráveis e, pelo contrário, tem agido de maneira precária, até se omitido, muitas vezes, em relação a políticas públicas que assegurem ao brasileiro uma vida minimamente digna, como traz a Constituição Federal, em seu art. 194. Somado a isso, tem-se, ainda, os discursos e ações do presidente da República que, pautados em uma necropolítica, acabam por instaurar uma insegurança social.

Neste contexto de negacionismo do presidente, tem-se, ainda, como agravante da situação, uma parte da elite econômica e social apoiadora de suas ideias, que quebra as recomendações dos órgãos competentes, o que acaba por aumentar a proliferação do vírus. São empresários que defendem o isolamento vertical — modelo de isolamento em que apenas o grupo de risco fica isolado; prática defendida apesar das pesquisas e produções acadêmicas

científicas demonstrarem que o isolamento horizontal é mais eficaz para o achatamento da curva (SILVA; SILVA, 2020). Em linha similar, Dino (2020) explica que Bolsonaro e seus apoiadores “berram” sobre o isolamento vertical, uma proposta que não é praticada por nenhum outro país, indo na contra mão das recomendações sanitárias que visam diminuir a propagação do vírus, isto é, “achatar a curva”, a fim de evitar um colapso na saúde.

O discurso do presidente de que a pandemia é um grande alarde, nas palavras dele “uma histeria”, influenciou seus apoiadores na descrença da letalidade do vírus, em consequência, protestos presenciais foram realizados em diversas localidades do país pedindo a flexibilização ou o fim do isolamento (TAVARES; OLIVEIRA JÚNIOR; MAGALHÃES, 2020), o que causa certo caos e instabilidade política em meio a uma crise sanitária que assola o mundo.

Ao impulsionar seus seguidores nas redes sociais, na frente do Palácio da Alvorada ou nos pronunciamentos em rede aberta, ele externa seu interesse para o fim do isolamento e também legaliza o poder de fazer morrer aos seus e a todos aqueles que quebrarem as regras do isolamento. (SILVA, 2020, p. 9)

Nesse viés, Severo (2020) aborda que esses empresários, que minimizam a realidade da doença, estão protegidos em casa enquanto exigem que os trabalhadores sigam em suas atividades para não deixar a economia parar. A frase que circula em meio aos apoiadores do fim do isolamento é: “os fortes vão trabalhar, e os fracos, ficam em casa”, o que revela uma ideologia eugenista com traços nazistas (DINO, 2020, p. 65).

Corroborando com o exposto, em mesma linha de pensamento, Severo (2020, p. 223) explana:

Até mesmo quando tenta convencer a população de que está preocupado em salvar vidas, a proposta do presidente é que os profissionais autônomos sigam trabalhando, expondo-se à contaminação como escudos humanos, como soldados que morrerão na batalha pela sobrevivência diária.

Para Silva e Silva (2020), os apoiadores do presidente não expressam preocupação para com os vulneráveis, atuam, apenas, em prol de interesses particulares, promovendo carreatas a fim de pressionar o governo local para a “volta da normalidade” como se não existisse um vírus de alto contágio circulando, isto é, para esses grupo, suas demandas (lê-se: o fim do isolamento e abertura comercial) não refletem um pensamento voltado para a coletividade, mas uma indiferença, com interesse único e exclusivo no mercado.

Essas manifestações ocorrem porque os indivíduos que as compõem estão protegidos pela bolha da desigualdade, tendo em vista que possuem uma rede ampla de tratamento em hospitais privados, enquanto a classe trabalhadora, que a elite tanto quer que volte ao trabalho, não possui acesso às mesmas condições de tratamento, muitas vezes, sequer tendo um leito disponível por conta da superlotação dos hospitais públicos (SEIXAS, 2020).

Internamente, o necropoder se capilariza no território nacional, marcando nossa colonialidade. Seus operadores estão na presidência da república e estão nas ruas, de máscaras, em seus SUVs e sedans de luxo, agora, na segunda semana do mês de abril, próximo ao colapso do sistema de saúde brasileiro, exigindo a reabertura do comércio e que os trabalhadores voltem a seus postos. A preocupação deles é a quebra da economia, algo que vale muito mais que as vidas tão pouco valiosas daqueles que estão mais suscetíveis ao vírus. (SILVA; GONÇALVES, 2020, p. 7)

Apreende-se, com o exposto acima, que o sacrifício da classe desfavorecida, os descartáveis/não-humanos, é a condição necessária para a manutenção da engrenagem capitalista. Esse sacrifício é o próprio *modus operandi* do capitalismo e a classe trabalhadora é o meio de enriquecimento da classe burguesa, por isso é que é indispensável que ela não pare as atividades, uma vez que vida dela é facilmente substituída por outra, se necessário for, desde que o sistema continue em movimento. Nesse viés, seu corpo não tem valor e o Estado, a partir do seu soberano, executa políticas de necropoder para que a economia não pare, mesmo que isso signifique mortes em massas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, a partir deste estudo, que a pandemia da COVID-19, ainda em curso, tem tomado grandes proporções no mundo todo. No Brasil, as atitudes e os discursos do presidente acerca de como gerir a pandemia têm gerado grandes impactos na sociedade, mesmo que ainda seja cedo para pontuar todos eles. Este cenário pandêmico nos possibilita perceber toda a problemática, falta de empatia e de qualificação para ocupar importantes cargos nos ministérios, evidenciando uma gestão necropolítica diante da atual crise sanitária.

A necropolítica no Brasil é facilmente visualizada quando o Presidente da República, Jair Bolsonaro, apresenta um discurso desqualificador da gravidade da situação, isto é, ele apresenta um comportamento negacionista diante de um vírus de alta contaminação, tratando-o como se fosse uma “gripezinha” ou “resfriadinho”. É por meio dessa postura de desprezo pela vida humana, porque, segundo o presidente, a morte “é o destino de todo mundo”, que a necropolítica se apresenta, pois as vítimas, em sua grande maioria, são as pessoas mais expostas ao contágio social, os considerados *descartáveis*: moradores da periferia, pessoas em situação de rua, pessoas encarceradas, pessoas em situações de asilamento, comunidades indígenas, além das pessoas que estão na linha de frente do combate à doença e trabalhadores de serviços essenciais e autônomos, que não têm a possibilidade de “parar”.

Além dessa narrativa de “nada de grave está acontecendo”, o presidente, ao longo dos meses, tem incentivando aglomerações, invasões a hospitais e o uso de medicamentos sem eficácia científica comprovada. Para além disso, ele é visto constantemente desrespeitando várias orientações para evitar o contágio, como, por exemplo, aparecendo em público sem máscara e/ou em constantes aglomerações. Em suma, o presidente e seus apoiadores têm dificultado, para não dizer boicotado, o enfrentamento da pandemia.

Isso mostra sua incompetência para gerir um país, além de uma imaturidade para lidar com uma crise sanitária de tamanha magnitude, como consequência, os seus discursos e posicionamentos, como também os de seus

apoiadores, afetam, majoritariamente, a população vulnerável, que não tem acesso a um sistema de saúde de qualidade e não pode ficar em casa, em isolamento, pois muitos são trabalhadores informais que precisam sair para ter o que comer.

A disseminação desse discurso em nome da normalidade e em nome da continuidade da economia do país deixa em evidência um apego maior à economia do que à vida humana, o que é uma característica da necropolítica. Ou seja, tais comportamentos do presidente mostram seu posicionamento ideológico e político, além da falta de sensibilidade para com a morte, visto que seus discursos demonstram que, para ele, as mortes são apenas números (objetificação do ser humano) e não pessoas com histórias, famílias e sonhos; isso é perverso, mas faz parte de uma biopolítica na qual a morte dos doentes e mazeados, considerados inúteis e, por isso, descartáveis, traz à sociedade uma “purificação”.

Pode-se inferir, portanto, que a pandemia da COVID-19 escancara o abismo social existente no país em que as classes mais desfavorecidas compõem boa parte dos vitimados. Percebe-se, também, que mesmo sendo exigido ao cargo da presidência da República decoro, atitudes responsáveis e posicionamentos em prol da população, principalmente em tempo de crise, o Presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro, tem agido de maneira diversa, sem nenhum tipo de seriedade, reduzindo a pandemia a uma mera “gripezinha”, como se insignificante fosse, ironizando e desdenhando da gravidade da situação que o mundo vivencia em 2020. Essa postura do presidente revela seu despreparo e, também, um discurso de morte, isto é, sua necropolítica, principalmente quando seus discursos e sua falta de políticas efetivas para o combate da propagação do vírus deixam a população vulnerável desassistida e, conseqüentemente, expostas ao vírus.

Por fim, conclui-se que todas as ações do presidente e de seus seguidores diante da pandemia da COVID-19 escancaram uma relativização da vida, em que determinadas vidas têm mais importância que outras, ou seja, é possível perceber com clareza a perversidade da necropolítica brasileira, que

coloca a economia como mais importante que a vida da população brasileira, principalmente, se a população for de *peessoas descartáveis*.

REFERÊNCIAS

ALVES, Karlos. E daí? A necropolítica da pandemia no Brasil. **Canal Ciências Criminais**. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/e-dai-a-necropolitica-da-pandemia-no-brasil/>. Acesso em: out. 2020.

BARDI, Giovanna *et al.* Pandemia, desigualdade social e necropolítica no Brasil: reflexões a partir da terapia ocupacional social. **REVISBRATO – Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**, v. 4, n. 5, 2020, p. 496-508. eISSN: 2526-3544.

BRASIL. **Constituição da República de 1988**. Brasília-DF: Presidente da República, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. **SUS: A saúde do Brasil**. Brasília-DF: Editora do Ministério da Saúde, 2011.

CALMON, Trícia Viviane Lima. As condições objetivas para o enfrentamento ao COVID-19: abismo social brasileiro, o racismo, e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes. **Revista NAU Social**, v. 11, n. 20, 2020, p. 131-136. ISSN: 2237-7840.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020. eISSN: 1981-7746.

COSTA, Rain Mateus Castelo Branco. Implicaciones penales em el control de epidemias. **Revista Jurídica del GRED-UNIBE**, IX Edición, ago. 2020, p. 11-13. ISSN: 2518-2439.

DA COSTA, Jaqueline Sérgio; DA SILVA, Clayton Fonseca; BRANDÃO, Eric Scapim Cunha; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. COVID-19 no sistema prisional brasileiro: da indiferença como política à política de morte. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020, p. 1-19. ISSN: 1807-0310.

DINO, Flávio. Coronavírus e fascismo: patologias que desafiam o Brasil. *In*: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Organizadores). **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. 1 ed. Bauru: Canal 6 Editora, 2020.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**, 2016, p. 33-44, eISSN: 2359-0777.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Organizadoras). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GRISOSKI, Daniela Cecilia; PEREIRA, Bruno César. Da *biopolítica* à *necropolítica*: notas sobre as formas de controles sociais contemporâneas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 224, ano XX, 2020, p. 199-208. ISSN: 1519.6186.

LÖWY, Michael. “Gripezinha”: O neofascista Bolsonaro diante da pandemia. *In*: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Organizadores). **Quarentena**: reflexões sobre a pandemia e depois. 1 ed. Bauru: Canal 6 Editora, 2020.

MARTINS, Pedro. Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra? – Artigo de Edna Araújo e Kia Caldwell. **ABRASCO** – Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/2020/07/20/por-que-a-covid-19-e-mais-mortal-para-a-populacao-negra-artigo-de-edna-araujo-e-kia-caldwell/>>. Acesso em set. 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaios**, n. 32, 2016, p. 122-151. e-ISSN: 2448-3338.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007.

NAVARRO, Joel Hirtz do Nascimento; SILVA, Mayara Ciciliotti da; SIQUEIRA, Luziane de Assis Ruela; ANDRADE, Maria Angélica Carvalho. **Necropolítica da pandemia pela COVID-19 no Brasil**: quem pode morrer? Quem está morrendo? Quem já nasceu para ser deixado morrer?, 2020.

OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde. **Folha Informativa COVID-19**, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em out. 2020.

PRIOLI, Gabriela. Somos governados pela quarta série. **Folha de S. Paulo**: colunas e blogs, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/gabriela-prioli/2020/08/somos-governados-pela-quarta-serie.shtml>. Acesso em nov. 2020.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. **Revista de Ciências Sociais**, n. 24, 2006, p. 27-57. ISSN: 0104-8015.

RODRIGUES, Marli. O ministro da Saúde que não conhece o SUS. **SindSaúde**, 08 de outubro de 2020. Disponível em: <https://sindsaude.org.br/noticias/colunas/no-closet/o-ministro-da-saude-que-nao-conhece-o-sus/>. Acesso em out. 2020.

SAFATLE, Vladimir. Bem-vindo ao estado suicidário. *In*.: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Organizadores). **Quarentena**: reflexões sobre a pandemia e depois. 1 ed. Bauru: Canal 6 Editora, 2020.

SANTOS, Hebert Luan Pereira Campos dos *et al.* Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, 2020, p. 4211-4224. ISSN 1413-8123.

SEIXAS, Rogério Luis da Rocha. Da biopolítica a necropolítica e a racionalidade neoliberal no contexto do COVID-19. **VOLUNTAS – Revista Internacional de Filosofia**, v. 11, ed. 50, 2020, p. 1-11. ISSN 2179-3786.

SEVERINO, Valdete Souto. Sobre a COVID-19 e as nossas escolhas. *In*: TOSTES, Anjuli; MELO FILHO, Hugo (Organizadores). **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**. 1 ed. Bauru: Canal 6 Editora, 2020.

SILVA, Carlos Matheus Alves da. COVID-19 e necropolítica na conjuntura brasileira. *In*: **Boletim de Conjuntura - BOCA**. Ano II, v. 2, n. 6, 2020, p. 70-85. ISSN: 2675-1488.

SILVA, Eliane Alves da; SILVA, Marcelo Martins da. O Brasil frente à pandemia de COVID-19: da bio à necropolítica. **CONFLUÊNCIAS – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 22, n. 2, 2020, p. 361-383. ISSN: 1678-7145.

SILVA, Roberta D. F. C.; GONÇALVES, Leandro A. P. As pílulas do Messias: salvação, negação e política de morte em tempos de pandemia. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 30, n. 2, 2020. ISSN: 1809-4481.

SOUSA, Cinthya Raquel de Moura. A seletividade da justiça criminal: um reflexo do racismo no sistema penal brasileiro e a teoria do *labeling approach*. **Boletim Conteúdo Jurídico**, ano XII, n. 969, 2020, p. 299-334. ISSN: 1884-0454.

TAVARES, Leonardo Pereira Tavares; OLIVEIRA JÚNIOR, Francisco Lima de Oliveira Júnior; MAGALHÃES, Marina Magalhães. Análise dos discursos do Presidente Jair Bolsonaro em meio à pandemia: o coronavírus é só uma “gripezinha”? **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, 2020. ISSN: 2525-3409.

TEIXEIRA, Alex Tajra e Lucas Borges. “Tem medo do quê? Enfrenta”: Lembre frases de Bolsonaro durante a pandemia. **Notícias UOL: coronavírus**, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/08/bolsonaro-pandemia-100-mil-mortes-fala.htm/>. Acesso em out. 2020.

ZYLBERKAN, Mariana; CAMPOS, João Pedroso de. Queda de dois ministros em apenas um mês deixa Saúde à deriva. **Revista Veja**, 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/queda-de-dois-ministros-em- apenas-um-mes-deixa-saude-a-deriva/>. Acesso em out. 2020.

SUBMETIDO | *SUBMITTED* | 11/11/2020

APROVADO | *APPROVED* | 10/12/2020

REVISÃO DE LÍNGUA | *LANGUAGE REVIEW* | Larissa Garcia de Oliveira

SOBRE A AUTORA | *ABOUT THE AUTHOR*

CINTHYA RAQUEL DE MOURA SOUSA

Especialista em Informática na Educação pelo Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pedagoga pela UFPI. Acadêmica do curso de Direito no Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: cinthya.raqu3l@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4972-8628>.

